

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 43ª Reunião do GT-Qualidade

Grupo de Trabalho:	Qualidade (CT-MH)
Reunião:	43ª Reunião do GT-Qualidade
Data:	14/04/2026 - 09h30
Local:	Videoconferência (<i>link: meet.google.com/qyn-asez-osu</i>)
Assunto(s) em discussão:	Nesta reunião, foram discutidos o cronograma de atividades do GT-Qualidade para 2026, os avanços e revisões do POP do Sistema de Alerta, a proposta de Boletim Integrado da Rede Básica da Cetesb e as sugestões relacionadas ao POP – Sistema de Alerta, encaminhadas por meio de Ofício do GAEMA.
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da Memória Técnica da 42ª Reunião do GT-Qualidade, realizada em 14/10/25, por videoconferência; 3. Cronograma 2026; 4. Informes do Acordo de Cooperação; 5. Proposta de Boletim Integrado da Rede Básica da Cetesb; 6. Avaliação das sugestões relativas ao POP - Sistema de Alerta, encaminhadas por meio do Ofício GAEMA - Piracicaba nº 246/2026-gbg; 7. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A reunião foi aberta pela Sra. Lilian Peres (Cetesb), coordenadora do GT-Qualidade, que agradeceu a presença dos membros e deu início a reunião. Quanto ao item 2, a Sra. Lilian informou que a minuta da memória técnica da 42ª Reunião do GT-Qualidade, realizada em 14/10/2025 por videoconferência, havia sido enviada previamente aos membros junto à convocação. Questionou a necessidade de leitura do documento, a qual foi dispensada. Em seguida, a minuta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Quanto ao item 3, a Sra. Lilian Peres apresentou a proposta de cronograma de reuniões do GT-Qualidade para o ano de 2026. As reuniões foram previstas para ocorrer quadrimestralmente, por videoconferência, às 09h30, ficando pré-agendadas nos dias 11/08/26 (44ª Reunião) e 09/12/26 (45ª Reunião). Nesse sentido, a Dra. Alexandra Faccioli Martins (GAEMA) manifestou preocupação com a redução da frequência das reuniões. Destacou a importância de manter discussões assíduas sobre a qualidade da água, especialmente nos períodos de estiagem e escassez hídrica. Ressaltou, ainda, a necessidade de testar os mecanismos do Procedimento Operacional Padrão (POP) do Sistema de Alerta, sugerindo cautela na definição do cronograma e a possibilidade de realizar reuniões adicionais antes do início do período crítico de estiagem. Diante disso, o Sr. Paulo Tinel (ASSEMAE) sugeriu o uso das reuniões da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ para repasse de informes sobre a qualidade da água, bem como a antecipação de reuniões do GT-Qualidade sempre que houver necessidade. Complementando, a Sra. Tainá Moura (Fundação Agência das Bacias PCJ) esclareceu que as agendas dos Grupos de Trabalho possuem maior flexibilidade em comparação às das Câmaras Técnicas. Destacou que, caso o grupo identifique a necessidade de reuniões antes das datas previstas, basta solicitar à Secretaria Executiva (SE/PCJ) a reserva de agenda no calendário dos Comitês PCJ. Quanto ao item 4, o Sr. Luis Altivo Carvalho Alvim (Cetesb) apresentou a situação das estações automáticas de monitoramento em operação nas Bacias PCJ, detalhando as tratativas em andamento para a transferência da operação e da manutenção dessas unidades para a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH). Apontou também as ações planejadas para a expansão da rede automática sendo: i. Estação Monte Alegre: previsão de melhorias estruturais. Foi esclarecido que a sua classificação atual como

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior do Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 43ª Reunião do GT-Qualidade

"provisória" se refere estritamente aos equipamentos e instalações físicas, não comprometendo a qualidade ou a precisão dos dados gerados; **ii.** Novas Unidades: instalação de novas estações nos rios Piracicaba, Atibaia e Jaguari, com previsão de implantação entre o decorrer de 2026 e o primeiro semestre de 2027. Em seguida, a Sra. Cátia Andersen (SP Águas) destacou os avanços na elaboração do Boletim Integrado, justificando que o atraso na disponibilização da edição de fevereiro decorreu de problemas técnicos. Informou que o POP SAP de 2025 e o plano de trabalho para a continuidade do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre Cetesb, SP Águas e Fundação Agência das Bacias PCJ encontram-se em tramitação interna para homologação. Relatou, também, que está em elaboração um POP específico para detalhar os procedimentos do Boletim Integrado. Diante disso, os membros discutiram a possibilidade de aprimoramento para o Boletim Integrado, recomendando a inserção de dados sobre a vazão de referência Q7,10, a inclusão das faixas de criticidade dos protocolos de escassez e a ampliação da divulgação do material junto às Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ.

Quanto ao item 05, a Sra. Beatriz Durazzo Ruiz (Cetesb) apresentou as características do boletim da Rede Básica, ressaltando sua periodicidade trimestral, o monitoramento de variáveis de qualidade da água nas bacias PCJ e o cruzamento dos resultados com as séries históricas. Após a apresentação, o Sr. Paulo Tinel questionou se o monitoramento abrangia trechos a montante e a jusante das novas barragens, sendo esclarecido pela Sr. Beatriz que esses pontos já são contemplados pela rede atual. Na sequência, as Sras. Catia Andersen, Lilian Peres e o Sr. Eduardo Leo (Fundação Agência PCJ) discutiram a proposta de integração do boletim ao site da Sala de Situação dos Comitês PCJ (SSPCJ), sinalizando a necessidade de definir um padrão visual e formatos mais sintéticos de apresentação. Avaliaram, ainda, a viabilidade de adotar um índice de conformidade do enquadramento como ferramenta para facilitar a interpretação dos dados. Nesse sentido, o Dr. Ivan Carneiro Castanheiro (GAEMA) ressaltou a importância de ampliar o acesso a essas informações para os órgãos atuantes na bacia e para a sociedade civil. Também questionou o intervalo de tempo existente entre a constatação do dado e a sua validação na rede automática, demonstrando preocupação com possíveis inconsistências nas informações disponibilizadas online. Nesse sentido, o Sr. Luis Altivo esclareceu que os dados exibidos em tempo real possuem caráter provisório até que passem pelas etapas de validação técnica e de manutenção das estações.

Quanto ao item 6, a Sra. Lilian informou que o POP do sistema de alerta do rio Piracicaba teve sua primeira versão finalizada em outubro de 2025 e foi submetida às diretorias da Cetesb e da SP Águas. Esclareceu que o POP contém as diretrizes do procedimento, que já vinham sendo praticados, e que a Cetesb está desenvolvendo um procedimento interno para detalhar as ações específicas de suas unidades, uma vez que tais detalhes internos não fariam parte do POP. Apresentou o ofício encaminhado pelo GAEMA, contendo sugestões de aprimoramento para o POP. Em seguida, a Sra. Ana Oliveira (Fundação Agência PCJ) e o Sr. Bruno Zampaulo (Fundação Agência PCJ) detalharam as principais propostas de alteração do documento, sendo: **i.** melhor detalhamento da introdução; **ii.** definição mais precisa para o termo "oscilações bruscas de parâmetros"; **iii.** ampliação dos canais de comunicação (com inclusão de mídias sociais, como WhatsApp), entre outros. Após a apresentação e discussão sobre o documento, a Dra. Alexandra e o Dr. Ivan manifestaram preocupação com o POP estar centralizado nos procedimentos internos da Cetesb, deixando de abranger de forma ampla a integração com os demais órgãos da bacia. Destacaram a necessidade da reestruturação do fluxograma de comunicação para que as informações sejam compartilhadas de forma simultânea entre todos os atores envolvidos. Também foram apontados entraves nos canais de plantão e na agilidade das notificações em momentos de situações críticas. Nesse sentido, a Sra. Lilian esclareceu que o POP foi criado, inicialmente, como um instrumento de monitoramento e suporte à gestão interna, reconhecendo a possibilidade de ampliar o escopo do documento em

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior do Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 43ª Reunião do GT-Qualidade

	revisões futuras. Em seguida, o Dr. Ivan Castanheiro expressou preocupação com a ausência de uma apreciação formal do documento pela CT-MH, reforçando a necessidade de diálogo interinstitucional e de construção conjunta. Relatou dificuldades no acionamento do sistema de plantão da Cetesb, o que pode atrasar nas ações emergenciais. Na sequência, após os apontamentos e discussões, foi sugerido que o POP fosse aperfeiçoado para definir de forma mais clara qual agência da Cetesb deve ser acionada em cada trecho do rio, bem como para fortalecer os canais de comunicação. Também foi ressaltada a importância de incorporar formalmente às discussões do GT as contribuições apresentadas pelo Ministério Público. Além disso, discutiram o fato do documento ainda não ter passado por apreciação na CT-MH, considerando sua relevância para o monitoramento, planejamento e ações relacionadas ao GT-Estiagem. Diante disso, o Sr. Eduardo Leo esclareceu que o POP é um instrumento vinculado ao PIM, documento já aprovado, e que nesse contexto, o POP deve ser apreciado pela CT-MH, não sendo utilizado o termo “aprovação” por se tratar de documento emitido pela Cetesb e assinado conjuntamente com a Fundação Agência PCJ e a SP Águas. Nesse sentido, a Sra. Lilian informou que a versão atual do POP foi consolidada no âmbito do GT-Qualidade em 2025, aprovada pela direção da Cetesb e encontra-se em análise pela diretoria da SP Águas. Após essa etapa, o documento será encaminhado para assinatura dos representantes técnicos e, posteriormente, passará a vigorar oficialmente. Ressaltou que a Cetesb pode melhorar seus canais de comunicação e que na versão atualizada contará com telefone de atendimento 24h. Comentou que houve uma mudança na central, e a equipe de emergências químicas reportou que os novos canais estão funcionando fora do horário de expediente, e se comprometeu a incluir no POP para aprimoramento. Explicou que a revisão do protocolo do POP é um trabalho complexo, e precisarão discutir as sugestões com outras Agências e áreas internas da Cetesb. Concluindo, ressaltou que, finalizada essa tramitação, o documento poderá ser revisado com base na avaliação das sugestões apresentadas no ofício do GAEMA e das contribuições debatidas pelos membros do GT nesta reunião. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Lilian agradeceu a presença e a colaboração de todos e deu por encerrada a reunião.
Próxima reunião:	11/08/2026, às 9:30h – 44ª Reunião do GT-Qualidade.
Observações:	PIM-PCJ - link SIMQUA - link Sala de Situação – Boletins Mensais - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)

1	Agnes Janaína Tezotto Gutierrez (Cia. De Saneamento de Jundiaí)
2	Alexandra Faccioli Martins (GAEMA)
3	Ana Beatriz Sepulveda de Oliveira (Fundação Agência das Bacias PCJ)
4	Beatriz Durazzo Ruiz (Cetesb)
5	Bruno Antunes Zampaulo (Fundação Agência das Bacias PCJ)
6	Cátia Andersen Casagrande (SP Águas)
7	Cristiano Augusto Leonardo (Clean Environment Brasil)
8	Debora Lavoura (Fundação Agência das Bacias PCJ)
9	Eduardo Leo (Fundação Agência das Bacias PCJ)
10	Ivan Canale (SEMAE)
11	Ivan Carneiro Castanheiro (GAEMA)

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior do Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 43ª Reunião do GT-Qualidade

12	Karen Cristina Tasaka (DAE Jundiaí)
13	Lilian Barrella Peres (Cetesb)
14	Luclecia Soares (Fundação Agência das Bacias PCJ)
15	Luís Altivo Carvalho Alvim (Cetesb)
16	Luis Filipe Rodrigues (P.M. de Campinas/SANASA)
17	Maria das Graças Martini (DAE Jundiaí)
18	Nathalia Corá (Fundação Agência das Bacias PCJ)
19	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (ASSEMAE)
20	Tainá Moura (Fundação Agência das Bacias PCJ)